

CIÊNCIA E DEMOCRACIA*

por

Helena Vaz da Silva**

Aquilo a que hoje chamamos ciência não era sequer imaginado pelos cientistas de há um século apenas.

Tudo se passava entre a “boutade” de Laplace — que, quando Napoleão lhe perguntou qual era o lugar de Deus no seu sistema astronómico, respondeu “não preciso dessa hipótese” — e a exclamação do fisiologista Dubois Reymond — que, no célebre discurso de Leipzig, ao atirar com o seu “Ignorabimus!” fixava à ciência os limites que ela não devia ultrapassar.

É só entre as duas guerras que se começa a delinear — por iniciativa de certos físicos — o que virá a ser o vertiginoso caminho da ciência contemporânea. A energia nuclear, os transístors, os computadores, a sua miniaturização, a telemática, a exploração espacial, a biologia molecular e genética, o “scanner”, a digitalização, a supracondutividade — em paralelo com o enorme avanço das ciências sociais e humanas — são etapas sucessivas de uma descoberta que, quanto mais aprofunda o conhecimento objectivo da realidade, mais reconhece a sua interdependência com o homem e a sociedade.

Hoje não é mais possível pensar a investigação científica, nem independentemente daquele que a desenvolve, nem independentemente do fim e das pessoas a que se dirige. Por isso o binómio Ciência e Sociedade — ou Ciência e Democracia — é de tão enorme actualidade.

A tecnologia, dizia alguém, é como os deuses hindus, é protectora e destruidora ao mesmo tempo.

Os avanços da ciência surgem hoje como imparáveis e afectam a nossa vida, individual e colectivamente. Podem piorá-la — e muitos alertas têm surgido de diferentes lados sobre o perigo reducionista do que Alan Bloom chamou a

* Texto lido na Fundação Mário Soares, em Lisboa, em 17 de Outubro de 1996, aquando da apresentação do livro *Ciência e Democracia*, editado pela Bertrand sob a coordenação da FEPASC.

** Presidente do Centro Nacional de Cultura, Lisboa.

“cientificidade” que criará um mundo de “robots” amputados de alma. Mas podem melhorá-la, também. A ciência contribui para promover a saúde, aumentar a produção de alimentos, facilitar a informação e a comunicação entre as pessoas, melhorar o ambiente, prever o clima, descobrir o cosmos. A ciência pode criar condições de vida melhor, e de felicidade.

Mas se a ciência pode ser essa arma contra a barbárie, porque não o é? Por falta de comparência da sociedade.

E quem é a sociedade? São os governantes — nacionais, locais, europeus —, são os industriais e os empresários, é a comunidade académica e científica, são os cidadãos em geral. Enquanto cada uma das partes do todo não assumir o papel que lhe cabe — de responsabilidade directa na canalização do saber científico para fins, individuais e socialmente, úteis — não atingiremos resultados.

O que é preciso então?

É preciso: previsão e reflexão; cooperação e interacção; inovação e informação.

É preciso que os estados europeus cooperem entre si para rentabilizar os esforços e que cooperem com os outros países para contribuir para o equilíbrio planetário. É preciso que se passe a fazer a nível europeu aquilo que só a nível europeu será bem feito. Há que acabar com os receios que se reflectem, por exemplo, no facto de a Ciência e a Cultura serem as únicas excepções no Tratado de Maastricht que prevêem uma dupla barragem defensiva: unanimidade dos governos e co-decisão do Parlamento.

Não será descabido fazer aqui um apelo aos políticos portugueses para que aproveitem a oportunidade que a Conferência Intergovernamental lhes oferece para suscitarem o debate sobre as vantagens de avançar na comunitarização parcial das políticas científicas e de cultura e educação. Não no sentido de uma uniformização, é evidente, mas no sentido de serem criados mais instrumentos eficazes de cooperação, mais equivalências, mais compatibilização, mais facilidade de circulação. É isso que é impedido pelo sistema agora vigente, dada a dificuldade de fazer passar cada projecto, cada proposta, pelo apertadíssimo crivo da intergovernamentalidade levada ao extremo. Mesmo que, como parece ser o caso, esta Conferência Intergovernamental — que se quer que termine em Junho 97 — não possa atingir decisões neste campo, é importante que se abra caminho agora, para poder dar fruto na próxima revisão.

Por outro lado, importa acabar com a compartimentação disciplinar ainda típica das políticas nacionais e entrar claramente na interdisciplinariedade que os programas comunitários promovem e facilitam. Se os 15 Estados Membros, em vez de jogarem à defesa, apostassem mais em reformar os instrumentos comuns de que dispõem — como é o caso do fossilizado Centro Comum de Investigação — conseguiriam de uma penada resolver vários problemas: o da competitividade

face a parceiros externos mais fortes (Estados Unidos, Japão e em breve o Sudeste Asiático), e o da responsabilidade e solidariedade devidas a países de economias emergentes como a Europa de Leste, a África do Sul e, a prazo, a América Latina e a Bacia Mediterrânica que constituem, ainda por cima, excelentes mercados potenciais.

O Livro Verde da Inovação, apresentado pela Comissão Europeia no fim de 1995, provocou numerosas reacções, quer das instituições científicas internacionais, quer de países-membros da UE. (Curiosamente chegaram até mim as posições nacionais da Suécia, da Holanda, da França, mas não a de Portugal, que presumo deve existir, mas que desconheço. Embora não seja esta a ocasião para um debate sobre o tema, não deixarei de assinalar a clara vantagem que haveria numa articulação entre o governo e os deputados portugueses no Parlamento Europeu para defesa dos interesses nacionais).

Partindo de um conceito de inovação que consiste na produção, assimilação e exploração bem sucedidas de uma novidade no domínio económico e social, o Livro Verde acentua a importância da inovação, tanto nos equipamentos como nas técnicas de gestão. A inovação deverá reflectir-se nas mudanças das estruturas e na mudança das atitudes. A interacção entre redes de industriais, académicos e investigadores, a preocupação de implicar novos colaboradores nas redes de projectos existentes para renovar e alargar o número de parceiros, uma nova abordagem financeira que encare a participação de capitais de risco e a co-gestão dos profissionais interessados e uma abordagem corajosa dos direitos de propriedade intelectual são alguns dos aspectos apontados repetidamente, quer pelo Parlamento Europeu, no documento Desama sobre “Política científica da União Europeia para o séc. XXI”, agora em fase de preparação, quer pelos participantes na audição que há poucos dias teve lugar no Parlamento Europeu sobre o mesmo tema.

Desama avança numa formulação interessante para a futura estrutura dos programas de investigação da União Europeia. Propõe como ponto de partida um sistema interactivo que coloque as necessidades de um lado e a capacidade científica e tecnológica que permite satisfazê-las, do outro.

“Entre as necessidades”, propõe ele, “contar-se-iam a energia, a saúde, a alimentação, os transportes, o alojamento, os materiais, a instrução, a cultura, as comunicações, o lazer, a defesa, os serviços financeiros, os recursos naturais, um ambiente limpo e a convivialidade.

A capacidade científica e tecnológica compreenderia as ciências e tecnologias da vida, da informação, das indústrias e materiais, da energia, do ambiente e as ciências sociais e humanas.”

Esta estrutura seria, segundo aquele parlamentar, a maneira de garantir a interacção entre programas horizontais de cariz essencialmente científico-

-tecnológico e projectos e programas integradores centrados nas necessidades dos utentes.

Se analisarmos as várias definições de prioridades para a futura política de IDT na Europa, alguns pontos há em comum que nos interessam particularmente.

Quer sejam campos de estudo como as “mutações e estabilidade da sociedade europeia”, a “cultura como força integradora”, os “estilos de vida” indicados pela Fundação Europeia da Ciência como desejáveis, quer seja o “ênfase nas questões económicas e sociais” proposto pela Associação Europeia de Ciência e Tecnologia, quer seja, no caso da França, “as necessidades da sociedade” logo a seguir à sua primeira prioridade, que é a competitividade europeia, tudo converge para uma preocupação comum: a que consiste em pôr a “vivabilidade” e a motivação dos cidadãos no centro das preocupações.

Se olharmos para o programa que a si própria se impôs a Célula de Prospectiva da Comissão fundada por Jacques Delors e com um bom trabalho feito desde 92, ela aponta, para o período 95-2000, para os seguintes objectivos: “gerir a dupla transição sócio-económica e geopolítica, restaurar a coesão das sociedades europeias, adaptar a arte de governar”.

Constata-se que a ciência “pura”, a investigação “independente”, deixaram de existir - porque a sociedade hoje exige que se aplique todo o saber acumulado à sua própria transformação.

E não será por acaso que a mesma Célula Prospectiva começou a organizar encontros regulares com igrejas como um contributo para os seus relatórios e que o Parlamento Europeu convidou há dias o Aga Khan a ir lá falar, para o ouvir discorrer sobre o papel das regiões organizadas, a ética de um desenvolvimento sustentável e a importância do espírito.

A ética é de facto o momentoso tema da actualidade. As duas áreas que dominam o debate científico europeu não podem, com efeito, ignorá-la. São elas a biogenética e a sociedade de informação.

Quer os Comitês de Ética, nos vários países, quer o Forum e o Grupo de Peritos para a Sociedade de Informação, a funcionar no seio da União Europeia, estão sob fogos cruzados. Eles foram criados para reflectir sobre campos novos que se abrem e não conseguem, como é natural, satisfazer a avidez dos cidadãos à procura de respostas para as grandes interrogações com que se defrontam.

É por isso mesmo que a intervenção que a FEPASC defende dos cientistas junto dos decisores políticos e daqueles junto dos cidadãos parece de particular oportunidade. A sociedade é hoje atravessada por perspectivas e interesses diversos que não se encontram representados pelos porta-vozes tradicionais. É urgente criarem-se estruturas mediadoras que dêem voz aos cidadãos não representados pelos actuais “parceiros sociais”.

Essa interacção, esse fluxo permanente de informação recíproca permitirá

aos cientistas definir melhor os seus próprios objectivos e permitirá aos cidadãos interpelá-los, incitá-los, com base, já não em medos ou falsas expectativas, mas em informação sã.

A alfabetização científica dos cidadãos passa por uma abertura ao exterior das universidades e instituições científicas, pela vontade dos órgãos de informação de se lançarem num jornalismo de divulgação científica, por uma formação de professores que os prepare a familiarizar as crianças, desde o nível básico, com a ciência no quotidiano e pela produção urgente de material lúdico e didáctico adequado, incluindo o multimédia.

Mas a alfabetização ou a literacia científica não é só transmissão de informação, é também — e isto é importante — transmissão de método científico de aproximação à realidade. Só isso permitirá ter novas gerações de cidadãos capazes de distinguir, saber escolher e de não se deixarem manipular.

Se as sondagens bienais a que a União se dedica dizem a verdade, temos um terreno propício a explorar. Dos milhares de cidadãos interrogados em vários países, sobre o tipo de informação que mais os interessa, 27% apontaram para a política, 28% o desporto, 35% as inovações tecnológicas, 45% as novidades médicas e 56% a poluição e o ambiente. No entanto só 12% afirmavam perceber bem o que liam. Eis um nicho a explorar pelos órgãos de informação.

No que diz respeito às políticas científicas, se é verdade que algo está a mudar ao nível das preocupações, pouco mudou ainda nas medidas concretas. Expressões como ecologia da indústria, desenvolvimento sustentável, difusão da inovação, são já expressões correntes no actual debate científico europeu, mas as práticas nacionais continuam de uma maneira geral tradicionalistas, compartimentadas, isolacionistas.

O 4º Programa-Quadro da União Europeia — em vigor até 99 — trouxe como novidades a criação de Task-Forces interdisciplinares em torno de grandes projectos — o automóvel do futuro, o avião, a água, o multimédia, etc. — e acentuou a importância da interacção cientistas/indústria.

O 5º Programa-Quadro — que determinará as linhas de acção para o século XXI e que será formalmente apresentado na Primavera de 97 segundo anunciou a Comissária Cresson no último Conselho de Ministros da Ciência⁵, no Luxemburgo — promete sobretudo melhorias processuais. Haverá concentração de prioridades, mais flexibilidade, que permita reagir a situações inesperadas (como a BSE), coordenação do Programa Quadro com outros programas europeus e reforço da cooperação internacional.

Parece pouco, mas será muito, se for.

E sê-lo ou não sê-lo dependerá basicamente da maneira como cada estado nacional, cada instituição de investigação, cada cidadão souber assumir o seu papel.

Termino — felicitando os autores do livro pela pertinência e oportunidade com que escrevem, a Maria Eduarda e o J. C. Alvim pela eficácia e pela rapidez com que, conjuntamente, conseguiram a publicação do livro — e agradecendo à Fundação Mário Soares — que aproveito para saudar na pessoa do seu Presidente, já que a visito pela primeira vez — e à FEPASC — que também saúdo na pessoa de Mário Ruivo que, nas nossas andanças comuns na UNESCO, soube sensibilizar-me para a relação íntima da ciência com a cultura e com a vida de todos os dias. Agradeço a ambas as instituições terem-me dado — como único membro português da Comissão Parlamentar de Ciência — esta oportunidade de me exprimir da única maneira para mim possível: assumindo o ponto de vista da cidadã que sou face ao mundo da Ciência que aprendi a reconhecer como meu e de todos nós.

“É preciso”, disse Jacques Delors (que, deixem-me assinalar-vos, escolheu um português como um dos seus três colaboradores directos na Fundação que acaba de inaugurar) “é preciso”, disse ele nos Carrefour da Ciência e da Cultura, “que entre as instituições europeias, os intelectuais e os cidadãos se instale um hábito de interpelação recíproca, constante na duração e no objectivo: em que sentido somos nós, europeus, chamados a fazer o nosso caminho, juntos?”

“Se assim não for”, diz ele, “daqui a 100 anos quem fará o elogio da nossa loucura?”